



## IDENTIDADE E INVISIBILIDADE: ESCRITORAS DOS OITOCENTOS NO PROCESSO DESCOLONIAL

Marlene Rodrigues Brandolt\*

**Resumo:** A proposta ora delineada objetiva rever o modo como as escritoras oitocentistas Maria Benedita Câmara Bormann, em *Celeste*, de 1893, e *Andradina América de Andrade e Oliveira*, em *Divórcio?*, de 1912, com suas temáticas atentas às mudanças sociais e políticas, pensam a relação de homens e mulheres a partir da superioridade marcada por identidades que se colocam umas sobre outras. As autoras, conterrâneas e vivendo, em certo momento, numa mesma época, tratam de refazer os papéis formatados pelo colonialismo e produzir uma literatura, considerando a possibilidade de a mulher ocupar o território de sujeitos de suas próprias estéticas. A postura feminista, definida em suas narrativas, sugere reflexões acerca da descolonialidade do poder, atualmente discutidas por Eduardo Restrepo, Zulma Palermo e Rita Segato entre outros pesquisadores.

**Palavras-chave:** Escritoras oitocentistas. Colonialismo. Descolonialidade.

**Abstract:** The present proposal aims at reviewing the way in which the 19th-century writers Maria Benedita Câmara Bormann, in *Celeste* (1893) and *Andradina América de Andrade e Oliveira*, in *Divórcio?* (1912), with their themes linked to social and political changes, reflect upon the relation between men and women considering the superiority marked by identities that are placed on one another. These fellow countrywomen authors, which were living at the same time, tried to modify the gender roles formatted by colonialism; this, by producing a literature that opens up the possibility of women in occupying the space of individuals of their own esthetics. The feminist attitude of their narratives suggests reflections on the decoloniality of power, which are currently discussed, among other researchers, by Eduardo Restrepo, Zulma Palermo and Rita Segato.

**Keywords:** 19th-century writers. Colonialism. Decoloniality.

\*Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul,  
Tubarão, SC, Brasil.

Pós Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação  
em Ciências da Linguagem da Unisul.

Doutoranda pela Universidade Federal de Santa Catarina  
- UFSC

E-mail: [mbrandolt@yahoo.com.br](mailto:mbrandolt@yahoo.com.br)

DOI: 10.19177/memorare.v4e3-I2017190-204



REVISTA  
MEMORARE

UNISUL  
www.portaldeperiodicos.unisul.br  
ISSN 2358-0593

## 1. Projeto Descolonial

A invisibilidade de algumas escritoras do século XIX tem sido superada por críticas da literatura feminista que mostram o modo como as artistas, com posicionamentos próprios, venceram dificuldades e puderam expor seus pensamentos. São algumas das razões para que pesquisadoras olhem por essas escritoras e suas obras, conhecimento de fundamental relevância na revisão da história literária do Brasil, particularmente na esfera social.

Muzar (2000, p. 163) define o conjunto de escritoras oitocentistas como mulheres curiosas sobre a “liberdade da mulher, o direito ao voto, o direito à palavra e mais ainda, o direito de pensar!”. Em depoimentos sobre a literatura feminista oitocentista, a pesquisadora fala do empenho com que as artistas defenderam a lei do divórcio e as questões do abolicionismo com atividades culturais nas décadas de 1830 a 1912. Mesmo assim, elas caíram, por longo tempo, no esquecimento. Suas observações do cotidiano tornam-se, no entanto, subsídios que servem de fonte de teorias que privilegiam o lugar das mulheres brasileiras.

*Maria Benedita Câmara Bormann*, de nome artístico Délia (1852-1895), e *Andradina América de Andrade e Oliveira* (1870-1935), inspiram o processo de resgate de escritoras dos anos oitocentos, enfatizado por Muzart, o qual restitui o lugar de outras brasileiras que “não estão presentes nas histórias da literatura e em muitos dicionários” (MUZART, 2000, contracapa). Com a antologia intitulada *Escritoras brasileiras do século XIX*, que compreende três volumes, a estudiosa propicia a leitores contemporâneos o conhecimento da produção literária e da biografia da época. Pelo estudo, Muzart abre “muitos caminhos na busca pelas vidas e trabalhos das mulheres do século XIX” (MUZART, 2000 apud OLIVEIRA, 2007, contracapa), subvertendo o modelo patriarcal e mostrando interesse pelo movimento intelectual das mulheres desde quando se iniciava a participação feminista na história pretensamente construída pelo homem.

Há dois séculos, mutuamente, por vezes com posturas diferenciadas, escritoras dos oitocentos compartilharam perspectivas sociais para desarticularem normas patriarcais e eclesiásticas. Entenderam conscientemente que vidas indefesas precisavam de vozes de intervenção, promovendo um trabalho de identidades feministas. *Dentro*



*das possibilidades da época, elas tentaram rejeitara* aparência estabilizada produzida no seio familiar, alterando os costumes, que “son nada más que historia em proceso”. (SEGATO, 2010, p. 7). As oitocentistas, ao exporem os anseios feministas pela indissolubilidade do casamento, pelo voto e pela educação, estavam experimentando um espaço próprio, “concapacidad de autodefensa y de autotransformación”. (SEGATO, 2010, p. 21).

Segato (2010), em “Género y colonialidad”, esclarece que os costumes enraizados em uma cultura podem se modificar constantemente, “pues la permanencia de un pueblo no depende de la repetición de sus prácticas”. De acordo com a perspectiva apresentada por Segato, essa mobilidade revela-se em identidades que sustentam uma liberdade de registrar as próprias histórias sem amarras convencionais. A expressão identitária - considerando o pensamento de Rita Segato é associada a uma cultura de sujeitos vivos que devem compartilhar uma história comum “que viene de un pasado y se dirige a un futuro”. (SEGATO, 2010, p. 7).

As escritoras oitocentistas, neste estudo, são referências do contexto brasileiro daquele período que buscavam a individualidade de gênero humano em suas narrativas e, por tal insistência, dirigem a escrita para as gerações da contemporaneidade. Embora valendo-se de uma visão realista do mundo, suas literaturas não se limitam a conceitos estabelecidos pela crítica literária ou de historiadores, ainda que façam referências ao que existe, no tempo e no espaço, fora do literário. Na verdade, criam produções articuladas ao social à função verbal e, pela linguagem ficcional, estabelecem comprometimento maior com a arte de escrever literatura.

As escritoras em estudo fazem parte desta análise que é sustentada pelo caráter artístico, do qual surgem equivalências com uma reflexão sobre a inversão de normas usadas pelo império do cânone ocidental. Suas narrativas, articuladas por sujeitos feministas que operam dentro de uma referência distinta do modelo familiar e social republicano, buscam abertura para outras formas de conhecimento e humanidade. Desse modo, penso que as produtoras da arte traduzem o âmbito da crítica colonial mediadora das tendências dentro do feminismo contemporâneo na tentativa de indicar possíveis direções para os estudos de gênero no contexto latino-americano brasileiro.

É possível rever, na escrita das oitocentistas, o afastamento da zona de conforto do privado, da domesticidade, para o público, local reservado aos homens, para o direito



de pensar e de falar das próprias relações patriarcais impostas pela colônia. Este estudo sustenta-se por teorias, dentre elas a formulada no projeto de Rita Segato, antropóloga e feminista argentina, que é recente e faz parte de estudos voltados a pensar a descolonialidade do poder, “que no es otra cosa que la devolución de la historia, de la capacidad de cada pueblo de desplegar su propio proyecto histórico”. (SEGATO, 2010, p. 7).

Vê-se, entretanto, certa ambiguidade na proposta, pois, em outros momentos, entende que os costumes se alteram, mas as relações de poder continuam “estabilizadas en la colonialidad moderna”. (SEGATO, 2010, p. 21). As escritoras Maria Benedita Câmara Bormann e Andradina América de Andrade e Oliveira antecipam essas consciências da modernidade com suas contradições e elegem alternativas que circulam atualmente nos estudos de gênero e, no tocante à visão descolonial<sup>5</sup> cumpre mostrar que as escritoras brasileiras reagem à “dominación de gênero” no campo dos direitos das mulheres. Ao pensar a colonialidade como “nueva orden dominante, el espacio público” da América latina, Rita Segato sugere mudanças conceituais sobre povo e cultura porque eles permitem pensar “y actuar de forma más adecuada a un proyecto crítico y libertador”. (SEGATO, 2010, p. 9).

Dentro dos critérios elencados, Maria Benedita Bormann, como outras artistas, inicia o século XIX, o exercício de “intervención en las decisiones que se tomaban en el espacio público”. (SEGATO, 2010, p. 19), por se dedicar as letras, distanciando-se da maioria das mulheres e enfrentando preconceitos de mulheres e da maior parte dos homens que não vê com bons olhos a “emancipação da mulher pelo estudo e pela independência de opiniões”. (BORMANN, 1998, p. 87). Portanto, o movimento dos “costumes”, na esfera social, ajusta-se às percepções das escritoras que, daquele tempo, possibilitam rever formas imperativas masculinas quando não eram consideradas entre os indivíduos as concepções de pluralidade de gênero, até pela tensão dos conceitos engessados da época. A categoria de gênero, no centro do projeto colonial, reforça uma formação social apoiada na noção biológica (e binária) de sexo e em uma concepção como um mecanismo fundamental de homens e mulheres em mundos contemporâneos particularizados pelas medidas de poder. A posição de gênero

---

<sup>5</sup>Embora o termo “decolonial” seja assim grafado em espanhol, uso o termo “descolonial” por se adequar à forma traduzida para o português.



é heterossexual/patriarcal, o que explica a forma pela qual o gênero, na época, foi socialmente construído, dentro de disputas de poder do colonialismo. Para Costa (2012, p. 8), delimitar “o conceito de gênero ao controle do sexo, seus recursos e produtos constitui a própria colonialidade do gênero”. Ao se contraporem às relações estruturadas por uma ordem da colonialidade, de uma sociedade presa às exigências de ordem religiosa e republicana, as escritoras desmontam os esquemas estabelecidos e levam outras mulheres e outros homens a romper também com os costumes de sua época para responderem a uma forma de gênero que se apoie numa autonomia afastada do processo histórico. É possível comparar o trajeto das escritoras por lugares e direcionalidades subjetivas, o que torna as produções literárias “paradigmas interpretativos para ler/escrever sobre classe, gênero, raça, sexualidade, migração e a circulação de textos” (COSTA, 2010, p. 48-54). Ao selecionar um modo de rever a análise dos códigos explicativos, Costa (2010) propõe um modelo diferente das formas hierárquicas a fim de subverter a tradição patriarcal e descolonizá-la dos códigos imperialistas.

Por atravessarem a domesticidade de gênero, sem perder as posições de mães, esposas ou amantes, Maria Benedita Bormann e Andradina de Oliveira incluem o profissionalismo nos espaços de teorização, da interpretação e das intervenções sociais bem como propiciam compreender a ação de “sujeitos investidos en la construcción de una marcha decolonial”. (SEGATO, 2010, p. 7). Com lucidez, faziam julgamentos críticos, contemplando reclamações por cidadania que lhes cabiam, sem impor modelos de conduta que intensificassem o exercício de domínio social da mulher.

### 1.1 NARRATIVAS EM PERSPECTIVA DESCOLONIAL

Maria Benedita Bormann e Andradina de Oliveira têm em comum o que diz respeito à clareza com que percebem a mudança comportamental feminista que tomava forma a partir do século XIX. No Brasil, as mulheres estavam escrevendo, mas não tinham um modelo feminino para copiar. Então, repetiam os modelos de escrita dos homens. Entretanto, algumas abriram mão dessa maneira de redigir, começando a questionar a narrativa da sua geração e as suas próprias histórias na memória cultural do país, e assim passaram a ser discutidas, aprovadas ou recusadas por outras mulheres. As escritoras inspiram as reflexões mencionadas, razão por que deveriam ser referendadas

na historiografia oficial da literatura brasileira. Houve, porém a invisibilidade em torno dessas autoras que, na segunda metade do século XIX e início do século XX, realizam suas ficções sob o império da colonialidade, fenômeno histórico:

que se extiende hasta nuestro presente y se refiere a un patrón de poder que opera a través de la naturalización de jerarquías territoriales, raciales, culturales y epistémicas, possibilitando la reproducción de relaciones de dominación; este patrón de poder no sólo garantiza la explotación por el capital de unos seres humanos por otros a escala mundial, sino también la subalternización y obliteración de los conocimientos, experiencias y formas de vida de quienes son así dominados y explotados. (RESTREPO; ROJAS, 2010, p. 15).

A colonialidade remonta ao final do século XV, ligada em sua origem ao descobrimento da América Latina, que assimilou um conjunto de relações de poder sobre formas de pensar das pessoas, dos lugares governados a partir das transações entre Portugal e o Brasil. Com Eduardo Restrepo, Zulma Palermo e Rita Segato, o colonialismo ganha nova tonalidade com a crítica da descolonialidade que considera

el prejuicio que asume la superioridad de ciertos conocimientos sobre otros es un escollo que ha de superarse desde ambas perspectivas del espectro: por quienes trabajan en las oficinas del saber superior y por quienes trabajan en las oficinas del saber subalterno (MIGNOLO, 2003, p. 21-22 apud RESTREPO; ROJAS, 2010, p. 7).

Contra a experiência histórica hegemônica de superioridade ocidental como capaz de ordenar o mundo, o estudo de “La decolonialidad” busca transcender historicamente o decolonizador que desumaniza uma nação. (RESTREPO; ROJAS, 2010, p. 45). A abordagem referida acontece em um país ou região marcada pela superioridade ocidental como única racionalidade capaz de ordenar o mundo. As colocações entre colonialidade e descolonialidade partem de uma construção hegemônica e estão presentes também na literatura brasileira, conferida por um número expressivo de autores no espaço da historiografia brasileira que deixam de citar, por exemplo, as escritoras em exame. Com efeito, o cânone oficial denota a sobreposição de uma arte sobre a outra, conforme Salette Rosa Pezzi dos Santos em *Duas mulheres de letras: representações da condição feminina* (2010), que expõe a opção de José Veríssimo que, em sua obra de 1916, intitulada *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*, reconhece consagrados escritores, no



entanto não menciona Maria Benedita nem Andradina Oliveira. Do mesmo modo, a autora percebe que Ronald de Carvalho, na *Pequena história da literatura brasileira* (1937), apresenta aspectos da formação do Brasil de 1500-1700 até a primeira década do século XX, privilegiando o cânone masculino. Nelson Werneck Sodré, em *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*, lançada em 1938, referencia a sociedade brasileira dos primeiros decênios do século XIX, atento ao papel da mulher no movimento político, sem considerar os nomes de Benedita e de Andradina.

Outras restrições impostas à mulher no cânone literário do país que sugerem ferramentas de indiferença revelam-se, em *A literatura no Rio Grande do Sul*, de 1992, de Regina Zilberman, que, no capítulo dedicado às mulheres escritoras, cita cinco obras de Benedita Bormann: *Aurélia* (1883), *Uma vítima*, *Duas irmãs*, *Madalena* (1884), *Lésbia*, *Estátua da neve* (1890), e três de Andradina Oliveira: *Preludiando* (1897), *A cruz de pérolas* (1908) e *O perdão* (1910). De acordo com Salete Rosa Pezzi dos Santos (2010), Regina Zilberman inclui as obras as autoras, contudo, sem fazer referência a qualquer outro aspecto da vida ou obra das romancistas.

Guilhermino Cesar representa um fluxo de colonialidade com um fato ilustrativo de domínio masculino em *História da literatura do Rio Grande do Sul* (1956) que abrange o período da historiografia sul-rio-grandense de 1737 até 1902, com escritores naturalistas, citando Maria Benedita Câmara Bormann. Apresenta-a como escritora inteligente, vivaz e esposa do ilustre José Bernardino Bormann. Guilhermino Cesar, em nota de rodapé destinada a falar da escritora, divide o espaço para introduzir vida e obra do marido da ficcionista, repetindo “a ideia de que para a mulher pretender um lugar na esfera pública torna-se imprescindível sua vinculação ao sujeito masculino”. (SANTOS, 2010, p. 63). Para o historiador, um dos motivos que colaborou para distanciar a escritora dos leitores conservadores da época foi a escrita superficial, visando ao sucesso fácil; entretanto o livro *Celeste* (1893), da escritora, teve uma tiragem de 1000 exemplares com a primeira edição e foi reeditado em 1894, em forma de folhetim, pelo jornal *A Notícia*, no Rio de Janeiro.

Em *Celeste*, de Maria Benedita Bormann, acontece uma cisão entre o eu-escrevente/autor e o narrador na construção da personagem, de mesmo nome da obra, com uma educação apurada. Tal qual a escritora, a protagonista Celeste, dos seis aos quinze anos frequenta o colégio, onde aprende inglês, francês e italiano; além dessas

instruções, a jovem lêromance ou qualquer obra que tivesse acesso, apreciando a trajetória de heróis e as heroínas. Délia inventa sua arte: cruza fronteiras entre a vida e a poética: Celeste, como hábito da época, aos 15 anos, termina o ciclo educacional onde aprendera também a fazer crochê, revelando uma norma estabelecida dentro dos padrões de domesticidade. Porém, das aquisições, nasce uma capacidade de mudar o contexto social,e, na fase adulta, a protagonista vai dizer que

são os homens que me fazem aborrecer a sensualidade, pois eu não me arrependo de haver pecado, mas de o ter feito com alguns deles! E, embora queira parar e não continuar, tolhida pelo tédio e pelas revoltas do meu espírito, hei de prosseguir sempre como um novo Ashaverus,<sup>6</sup> arrastando a eterna grilheta do sensualismo!... (BORMANN, 1988, p. 118).

*Celeste* atribui novos valores à mulher no que diz respeito à instrução, quando a maioria das mulheres, sem aspirações intelectuais, ficava reduzida à passividade; ela contrariamente tem noção do próprio corpo, buscando um espaço feminino para exercitar o autorrespeito a determinação e a criatividade para os registros de sua própria história. Maria Benedita Bormann delega literariamente o direito de a protagonista ter uma voz de comando, como um projeto de emancipação de *Celeste*. A historiografia literária, entretanto, presa ao pensamento androcêntrico acerca das oitocentistas, a saber, de Araripe Jr. em muitos de seus escritos, refere-se em maior escala à produção masculina *Celeste*, de Maria Benedita Bormann, que não causou nele “um só estremecimento”. (ARARIPE JR., 1963, p. 260).

Araripe Jr. igualmente desvaloriza outra obra da autora, *Lésbia* (1998), que vive uma época em que cabia à mulher o casulo doméstico. Ela transpõe, com a narradora do livro *Lésbia*, a concepção masculina do período, que não aceita com bons olhos a emancipação da mulher pelo estudo e pela independência de opiniões, provável motivo para as críticas desfavoráveis. Intelectual, a escritora assume o compromisso com a escrita de tendência feminista, cruzando a literatura com uma educação que “se conoce y organiza el mundo y la vida de los seres humanos y del planeta” (PALERMO, 2010, p. 47). Maria Benedita Bormann, natural de Porto Alegre, escrevia desde cedo; iniciou na literatura em 1881, com o romance *Madalena*, na revista *Sorriso* no Rio de Janeiro, estado em que viveu e se casou. Mais tarde, separou-se, sem formalizar tal processo,

---

<sup>6</sup>Mantenho a nota do texto: Judeu errante, da Bíblia (BORMANN, 1988, p. 175).



pois, segundo Telles (2000, p. 570), “de sua certidão de óbito consta como sendo casada”. Por meio de seus romances, contos e folhetins, produzidos em periódicos do final do século XIX, a gaúcha pôde intervir na formação pedagógica feminista da época, apesar de a história oficial registrar que apenas em 1922 as mulheres tiveram acesso ao ensino secundário oficial. Isso acontecia devido às barreiras da moral católica e da educação hegemônica masculina, que frequentavam os cursos superiores, enquanto as mulheres, em sua maioria, participavam das escolas normais, com direito restrito a uma profissionalização voltada ao magistério e, ao mesmo tempo, à preparação para o desempenho de esposa e mãe, consolidando a separação de atuação entre os gêneros.

Similarmente, Andradina Oliveira socializa as premissas aqui indicadas em sua estética, possibilitando a articulação da obra com o projeto descolonial. Em *Divórcio?* (1912), a autora orienta o leitor para outra realidade da mulher, que transcenda à ideia de criadeira de filhos ou de dona de casa. Ela acredita que, sem se afastar de uma e outra função, a mulher é, “principalmente, a educadora, a primeira mestra do filho, a desenvolver-lhe a inteligência e o coração”. (OLIVEIRA, 2007, p. 76).

Andradina de Oliveira percebe o efeito da educação como parte do diálogo feminista entre conhecimentos. Ela associa as alternativas oferecidas pela aprendizagem formal a uma trilha pela qual a mulher conquista o lugar na família, na sociedade, enfim, no mundo. Segundo a autora,

o Feminismo vem amparar a mulher, vem cercá-la do respeito do homem, vem arrancá-la da ignorância, vem educar o seu coração, vem ilustrar o seu espírito, vem salvaguardá-la das injustiças dos códigos [...] vem tornar a mulher forte, aparelhada para o dignificante combate da existência; vem dar-lhe todos os direitos morais, intelectuais e políticos, como parte integrante que é da humanidade. (OLIVEIRA, 2007, p. 76-77).

Andradina de Oliveira deixa aos leitores atuais traços do despertar de uma crítica feminista que implica as relações entre homens, mulheres e o mundo, comprometida portanto, com a equidade de todos os seres, buscando um “lugar de indubitable lucha intelectual”. (PALERMO, 2010, p. 50). A leitura da escritora denota uma “opção decolonial” por aludir à necessidade de eleger uma postura resistente à indiferença masculina, buscando romper com os laços de servidão das ações feministas. A escritora se dirige às mulheres e homens com focalização diferente de Maria Benedita Bormann ao impor a urgência do regime do divórcio amplo brasileiro que dê o direito

de terminar com o vínculo indissolúvel do matrimônio. Em linhas gerais, *Divórcio?*, obra do gênero epistolar, formada por 26 cartas e 25 capítulos, apresenta-se com diversos relatos de histórias reais de homens e mulheres acerca do divórcio. Andradina América de Andrade e Oliveira nasceu em Porto Alegre e morreu em São Paulo. Foi jornalista, líder feminista e escritora consciente da precisão de sua inserção na sociedade, como acontece, no espaço educacional da mulher e nos escritos sobre a mulher brasileira, deixando um material propício aos estudos da crítica literária e feminista atual, esclarecendo uma posição divorcista apenas àqueles que dele necessitem, “os que estão com a corda na garganta”. (OLIVEIRA, 2007, p. 32).

A artista, em *Divórcio?* apresenta, nas *Cartas*, os interesses sociais diluídos em vários momentos da obra; um deles, na missiva de Ramalho, o qual se dirige ao amigo Fausto comunicando uma separação após sete anos de convivência matrimonial, além de se colocar partidário do divórcio. (OLIVEIRA, 2007). Embora a esposa o tenha abandonado, ele não deseja vê-la expulsa da sociedade, daí os argumentos em prol do distrato matrimonial, o que resolveria as questões críticas impostas pela sociedade, as quais trazem constrangimento aos próprios filhos. Em outras conversas, Andradina de Oliveira fala da agonia de mulheres caluniadas por suspeitas quanto à fidelidade; da mulher “desprezada, abandonada pelo marido” (OLIVEIRA, 2007, p. 69); situações de protesto que se encontram nas “catástrofes conjugais em que a mulher é a protagonista principal”. (OLIVEIRA, 2007, p. 57).

Se a historiografia de homens decretou indiferença às escritoras brasileiras do século XIX e às que alcançaram o início do século XX, Inês Sabino, em sua obra *Mulheres ilustres do Brasil* (1996), traz Andradina Oliveira ao lado de outras escritoras brasileiras. A autora, “pelos domínios da história pátria”, numa atitude a qual pode ser associada aos estudos atuais da descolonialidade, afirma que “a literatura feminina no Brasil tem caráter próprio e não se confunde com outra qualquer”, sendo “muito mais afinada que o das escritoras europeias”, cujo lugar não há como “negar” (SABINO, 1996, p. 268). O literário de Inês Sabino rebate as bases do colonialismo que atravessou período de formação de uma nação e de uma literatura brasileira, assinalando uma política feminista local para “ressuscitar as mulheres do passado que jazem obscuras, devendo elas encher-nos de desvanecimento, por ver que bem



raramente na humanidade, se encontrará tanta aptidão cívica presa aos fatos da história” (SABINO, 1996, p.IX).

Suplementando as palavras de Inês Sabino, Hilda Agnes Hübner Flores considera a obra *Divórcio?*, de Andradina de Oliveira, como um acervo de informações para todas as camadas profissionais e curiosos que desejam conhecer os obstáculos dos valores morais que, na época, estabeleceram uma ordem contraditória

Onde chefes assediam operárias, despedindo-as quando as emprenham; lupanares onde maridos infiéis contraem sífilis e a levam para as esposas; escolas mal frequentadas e faculdades com um punhado de mulheres tímidas e inseguras ante a novidade do preparo profissional; velhinhas abandonadas a esmolarem o pão de cada dia; becos escuros e sinistros antros de perdição; hospitais e manicômios, depositários da miséria humana; cemitérios, testemunhos silenciosos de muita lágrima sofrida. (FLORES, 2011, p. 155).

As reflexões da historiadora Hilda Agnes podem justificar a inserção de Andradina de Oliveira nos debates da colonialidade do poder existente no sistema interno latino-americano. Nesse território há ainda normas historicamente localizadas, aplicadas à mulher e colocando-a na condição subalternizada em relação à elite conservadora que comandava os processos discriminatórios, associados às feministas, aos velhos, aos doentes, aos negros, entre tantas urgências. Andradina de Oliveira, no capítulo final, “Súplica”, da obra *Divórcio?* alude a uma perspectiva descolonial, solicitando um comportamento divorcista “a todos os homens de alma e de coração para que ergam uma obra gigantesca [da qual] admirada, a única felicidade, para esta miserável Humanidade que vem, desde séculos, se estorcendo, se despedaçando, se matando na ânsia de ser feliz!”. (OLIVEIRA, 2007, p. 163). A escritora ousou debater a indissolubilidade do matrimônio, temática polêmica que ainda causa nos estudos jurídicos, por exemplo, das responsabilidades parentais, as quais devem interessar aos cônjuges na hora de rever direitos e deveres de uma separação matrimonial.

De alguma maneira, Maria Benedita Bormann e Andradina de Oliveira supõem uma forma de espalharem “uma prática política outra, um poder social outro, uma forma outra de pensamento relacionada com e contra a modernidade/colonialidade, e uma práxis (teórica/prática/política)”. (WALSH; LINERO; MIGNOLO, 2006, p. 47). É pelo privilégio da enunciação literária que elas procuram tomar o império da fala no diálogo com outras categorias humanas e administrativas da nação. Na situação de intelectuais,



procuram colaborar para a diluição de formas silenciadoras que envolvem a multiplicidade de experiências e histórias marcadas pelo colonialismo, ilustradas, por exemplo, na ama de Celeste, a Bá, escrava que “morria feliz”, pois, após “alguns anos, em proveito de seus tiranos”, ela consegue no túmulo “o leito em que deve repousar”. (BORMANN, 2007, p. 133).

O estudo do movimento intelectual masculino sobre o de escritoras oitocentistas serve para pensar realidades e experiências nas relações com a matriz colonial, entendendo que Maria Benedita Bormann e Andradina de Oliveira remetem à força de “una actitud colonial” que tem, ao longo do tempo, uma identificação em diferentes áreas da vida (QUIJANO, 2005; DUSSEL, 2005 <sup>7</sup>apud GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007, p. 20). As escritoras, submetidas ao cânone tradicional, não deixam de contrariar a atitude e, em suas literaturas, projetam para a mulher, entre algumas alternativas, a preferência pela satisfação dos próprios desejos, um deles, interferir na sugestão de escolha do homem para elas destinado, marcando um tempo e espaço brasileiros com vistas à descolonialidade.

## 2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas de Maria Benedita Bormann e Andradina de Oliveira, em virtude da aproximação com a colonização política e social do país, expressam a dependência da mulher à “autoridade que deprime” (OLIVEIRA, 2007, p. 163), por não investir em novos conceitos sobre o casamento, a educação, o trabalho, todos incorporados à situação de dominação. Para recuperar as condições de humanidade, neutralizadas pelos preconceitos, as ficções das escritoras surgem conectadas com a teorização e práticas feministas na atualidade. Contrapondo-se às opressões dentro da nação, as ficcionistas aqui mencionadas impulsionaram leis do divórcio, do voto e de caráter pedagógico. As duas são reconhecidas pelas ações intelectuais que devem privilegiar as problemáticas sociais que se confrontam nos dias atuais. Se não mudaram os direitos feministas no

---

<sup>7</sup>Ler *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Edgardo Lander (Org.). Colección SurSur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005. Disponível em: <[www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/.../Texto\\_1.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/.../Texto_1.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2013.

país, colaboraram para discussões da exploração da mulher, cujo discurso está, no presente desta leitura, articulado às experiências de sentido descolonial.

Portanto, com suas leituras e escritas apontam para um poder redutor de práticas de colonização, numa tentativa de diluir o sentido de interpelação<sup>8</sup> o qual reforça o imaginário de opressão; contrapondo-se aos fundamentos da colonialidade, elas abordam uma prática literária para examinar, entre tantos temas, as formas de existência, de dignidade e de expectativa de suas contemporâneas, por extensão, dos anseios de mulheres de outras gerações. Como assinalado, estão comprometidas com um literário capaz de criticar o conhecimento feminista adquirido, que “ainda se acha muito eivado de preconceitos”. (BORMANN, 1998, p. 87). Por essa razão, suas literaturas, ao descreverem o lugar alternativo de onde é possível desafiar a realidade social, criam interconexões com uma análise da hierarquia de gênero entre outras ignoradas pelo sistema legitimado pelo capitalismo político e econômico.

De modo similar, elas detêm a marca de uma hegemonia branca, educada, mas atuam socialmente para enfrentar a estrutura colonial, reconhecida como propriedade de um mundo capitalista que se originou no espaço ocidental. As vivências e estéticas das escritoras remetem a uma colonialidade que não é só passado; é presente também e tem permanecido nas desigualdades atuais. Em síntese, as autoras permitem a formulação de uma crítica às diferentes dimensões humanas e sociais de implicações da colonialidade, as quais vitimizam homens e mulheres pela reprodução do poder econômico e do saber, entre outras formas de cativos.

Nesse sentido, as conexões propostas pela colonialidade e descolonialidade encontram espaço na prática de enunciação selecionada por uma e outra escritora; localizadas em suas escritas, elas mostram resistência às construções imperiais do século XIX sem que tal procedimento tenha lhes garantido o espaço entre os imperialistas da historiografia literária brasileira, que, a exemplo da ciência ocidental, decretaram o exercício da colonialidade. Com as imagens das restrições impostas dos anos oitocentos, as autoras, ausentes do cânone brasileiro masculino, validam futuras leituras com uma atenção mais profunda sobre a influência da crítica da

---

<sup>8</sup>Conceito apresentado por Simone Moreira Ávila (2007, p. 67): “É o processo pelo qual uma representação social é aceita e absorvida por uma pessoa com sua própria representação e assim se torna real para ela, embora seja de fato imaginária”. Ver: LAURETIS, Teresa. “A tecnologia de gênero”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 220.



descolonialidade no que diz respeito à formação de gênero como perspectiva de pensar a história em permanente circulação.

## REFERÊNCIAS

- ARARIPE JR. Retrospecto literário do ano de 1893. In: COUTINHO, A. (Dir.). **Obra crítica de Araripe Jr.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Casa de Rui Barbosa, v. III, 1963.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago; SCHIWY, Freya; WALSH, Catherine. “Introducción”. In: \_\_\_\_\_. **Indisciplinar las ciencias sociales. Geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder.** Perspectivas desde lo andino. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar-Abya Yala, 2002. p. 7-16.
- COSTA, Claudia de Lima. Feminismo, tradução cultural e a descolonização do saber. **Fragmentos**, Florianópolis, n. 39, p. 45-59, jul.-dez. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fragmentos/article/viewFile/.../2480>>. Acesso em: 15 jan. 2014.
- \_\_\_\_\_. Feminismo e tradução cultural: sobre a colonialidade do gênero e a descolonização do saber. **Portuguese Cultural Studies**, n. 4, Fall 2012. Disponível em: <[www2.let.uu.nl/solis/psc/p/PVOLUMEFOUR/.../P4DELIMACOSTA.pdf](http://www2.let.uu.nl/solis/psc/p/PVOLUMEFOUR/.../P4DELIMACOSTA.pdf)>. Acesso em: 14 jan. 2014.
- DÉLIA. Celeste. **Introdução, atualização e notas de Nanci Egert.** Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1988. (Col. Resgate, 11)
- \_\_\_\_\_. *Lésbia.* Introdução de Norma Telles. Florianópolis: Mulheres, 1998.
- FLORES, Hilda Agnes Hübner. “Divórcio em 1912?”. In: Seminário Nacional Mulher e Literatura, 14; Seminário Internacional Mulher E Literatura, 5, **Anais...** 2011. Disponível em: <[www.telunb.com.br/mulhereliteratura/anais/wp.../01/hilda\\_agnes.pdf](http://www.telunb.com.br/mulhereliteratura/anais/wp.../01/hilda_agnes.pdf)>. Acesso em: 21 jul. 2013.
- GÓMEZ, Santiago Castro; GROSGOUEL, Ramón (Comps.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.** Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos; Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.
- MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.). **Escritoras brasileiras do século XIX: antologia.** Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000. v. 1.
- \_\_\_\_\_. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004. v. 2.

OLIVEIRA, Andradina América de Andrade e. **Divórcio?** Florianópolis: Mulheres, 2007.

PALERMO, Zulma. La universidad latinoamericana en la encrucijada decolonial. **Otros Logos – Revista de Estudos Críticos**, año 1, n. 1, dic. 2010.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial**: fuentes, conceptos y cuestionamientos. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2010.

SANTOS, Salette Rosa Pezzi dos. **Duas mulheres de letras**: representações da condição feminina. Caxias do Sul: Educs, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **O naturalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SEGATO, Rita Laura. Género y colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial. In: *QUIJANO, Aníbal; MEJÍA NAVARRETE, Julio (Eds.). La cuestión descolonial*. Lima: Universidad Ricardo Palma – Cátedra América Latina y la Colonialidad del Poder, 2011.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). Erechim: Edelbra, 1999.

WALSH, Catherine; LINERO, Álvaro García; MIGNOLO, Walter. **Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento**. Buenos Aires: Signo; Duke University, 2006.

**Submetido em: 10/10/2017. Aprovado em: 11/12/2017.**

